

ABRIL 2024

79ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA

Imagem: STF/Flicker



~~CENSURA
NO BRASIL~~

Relatório nos EUA
acusa Moraes de calar
perfis de direita nas
redes e revela escalada
da censura no Brasil

Editorial: a vingança sem
exceção contra os nomes
da Lava Jato

Wagner Moura não
convence no papel de
repórter em “Guerra Civil”

Índice

Editorial: Vingança sem exceção **03**

Filipe Figueiredo: Israel e Irã proclamam vitória, mas quem está certo? **10**

Luciano Trigo: Livro analisa o mal que Paulo Freire fez à Educação **23**

Relatório expõe escalada da censura no Brasil **37**

Lira ensaia reação ao Judiciário **53**

Na Holanda, a tristeza é suficiente para escolher a eutanásia **80**

Guerra Civil: Wagner Moura não convence no papel de repórter **87**



USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)



O corregedor nacional de Justiça, Luís Felipe Salomão, na sessão que analisou o afastamento de Gabriela Hardt. | Foto: G. Dettmar/Agência CNJ

EDITORIAL

Vingança sem exceção

As três frentes da destruição da Lava Jato e do combate à corrupção, todas elas muito bem-sucedidas até o momento, são a reversão das condenações e multas aplicadas pelas instâncias inferiores, a aprovação de novas leis

que dificultem a repetição de operações semelhantes, e a inversão completa de papéis que transforma corruptos e corruptores em vítimas, enquanto criminaliza os agentes da lei, fazendo deles exemplos do que acontece a quem ousa combater a corrupção. Esta última fase entrou em uma nova etapa nesta segunda-feira, e envia uma mensagem: o desejo de vingança gestado por Lula e executado com a ajuda (consciente ou não) de diversos órgãos, do Judiciário ao Tribunal de Contas da União, não poupará absolutamente ninguém.

Na segunda-feira, o corregedor nacional de Justiça, Luís Felipe Salomão – que é ministro do STJ – afastou liminarmente os juízes Gabriela Hardt e Danilo Pereira Junior, e os desembargadores Carlos Thompson Flores Lenz e Loraci Flores de Lima, todos envolvidos de

alguma forma com a Lava Jato. Gabriela Hardt foi a magistrada que substituiu Sergio Moro na 13.^a Vara Federal de Curitiba e condenou Lula no caso do sítio de Atibaia, em 2019. Thompson Flores fazia parte da 8.^a Turma do TRF4 quando a condenação foi confirmada por unanimidade; antes disso, quando presidia a corte de segunda instância, ele restabeleceu a ordem depois que um desembargador plantonista ordenou a soltura de Lula, que cumpria pena pelo caso do triplex do Guarujá. Já Pereira Junior, atual titular da 13.^a Vara, e Flores de Lima votaram pela suspeição de outro juiz, Eduardo Appio, que assumira a 13.^a Vara por algum tempo e fora afastado por suspeita de ter feito ameaças ao filho de um outro desembargador.



Que o caso da fundação criada com dinheiro de multa da Petrobras esteja sendo requeitado para punir agentes públicos só serve para elevar as suspeitas de que as punições são parte do projeto de criminalização da Lava Jato

Ainda que as alegações do corregedor Salomão fossem sólidas, o afastamento já seria uma medida completamente desproporcional; todo o caso é ainda mais escandaloso porque as razões invocadas para a decisão são bastante frágeis. Não passou despercebido o uso do “copia e cola” por Salomão, nem o fato de decisões judiciais estarem fora do escopo do CNJ, nem a impossibilidade de o afastamento ser decretado monocraticamente, como lembraram a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe);

o ex-procurador e ex-deputado Deltan Dallagnol, ele mesmo vítima de perseguição ideológica em outro conselho, o CNMP; e o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF e do CNJ, durante a sessão desta terça-feira, quando classificou a atitude de Salomão como “ilegítima” e “arbitrária”.

Especialmente acintoso é o uso, mais uma vez, do caso da fundação anticorrupção que se pretendia erigir com o dinheiro de uma multa que a Petrobras pagaria nos Estados Unidos, e que as autoridades daquele país haviam concordado em devolver ao Brasil – uma atitude incomum da parte dos norte-americanos, e que apenas atesta a seriedade do trabalho da Lava Jato. Hardt homologou o acordo entre o Ministério Público Federal e a Petrobras, em decisão que Salomão

considerou “muito rápida” e tomada sobre uma petição sem “muitas informações” da parte do MPF (posteriormente, o ministro Alexandre de Moraes anulou o acordo e daria outras finalidades ao dinheiro), como se isso constituísse alguma irregularidade. Como lembrou Dallagnol, as tratativas para o estabelecimento da fundação haviam tido a participação de órgãos de fiscalização e controle brasileiros e da Transparência Internacional, com o objetivo de garantir a lisura no uso do dinheiro repatriado, e o MPF tinha competência legal para firmar o acordo. Que este episódio esteja sendo requeitado para punir agentes públicos só serve para elevar as suspeitas de que as punições são parte do projeto de criminalização da Lava Jato.

Barroso enfrentou e demoliu de forma bastante convincente os argumentos de Salomão em

relação aos quatro afastados, mas não foi suficiente. Com placares apertados e muitos votos lamentáveis, repletos de falácias sobre a Operação Lava Jato, os conselheiros até reverteram o afastamento de Gabriela Hardt e Danilo Pereira Junior, mas mantiveram Carlos Thompson Flores Lenz e Loraci Flores de Lima afastados. Salomão ainda insistiu para que o colegiado já votasse a possível abertura de Processo Administrativo Disciplinar contra os quatro magistrados, mas Barroso manteve o pedido de vista, apesar de alguns conselheiros terem adiantado seus votos a esse respeito. A justiça foi feita de forma apenas parcial nesta terça-feira, mas nada indica que a perseguição irá arrefecer.



[Voltar ao índice](#)



Trecho de cartaz que circulou em canais pró-Irã nas redes sociais a partir do dia 12 de abril | Foto: Reprodução/X/Globe Eye News

OPINIÃO

Filipe Figueiredo

Israel e Irã proclamam vitória, mas quem está certo?

Na noite do dia 13 para o 14 de abril de 2024, o Irã realizou seu primeiro ataque direto ao solo

israelense na História. Foram disparados centenas de drones, mísseis e foguetes contra Israel, em uma retaliação ao ataque aéreo israelense ao consulado anexo à embaixada iraniana em Damasco, no último dia primeiro de abril, que deixou dezesseis pessoas mortas, incluindo um general iraniano.

Após o ataque, tanto Israel quanto o Irã proclamaram algum tipo de “vitória”. O governo israelense baseou suas declarações no fato de que a imensa maioria das munições disparadas foram interceptadas e não atingiram alvos em Israel. Nove mísseis teriam atingido duas bases aéreas israelenses, além de destroços terem caído em território de Israel e da Jordânia.

Não houve vítimas fatais do ataque, com uma menina beduína ferida em estado grave. Já o Irã proclamou vitória pelo fato de ter atingido solo israelense. Especificamente, segundo o governo iraniano, teria atingido a base de onde teriam decolado os aviões responsáveis pelo ataque de abril. O Irã ainda afirmou que se tratava apenas de um “recado” e que a retaliação estaria “concluída”.

Vitória do Irã?

Esses foram os pontos principais dos discursos oficiais. A proposta de uma coluna de política internacional, entretanto, é ir além do mero discurso oficial e do factual. Ambos os atores têm suas razões para proclamarem algum tipo de vitória nesse episódio. Quatro pontos podem ser destacados do lado iraniano. O primeiro

deles é o econômico, comparando os gastos daquela noite.

Segundo o general israelense Reem Aminoach, o esforço israelense em interceptar os mísseis e drones iranianos, utilizando baterias de mísseis, caças e até mesmo navios de sua marinha, custou cerca de um bilhão de dólares. Do outro lado, segundo o site *Middle East Eye*, o ataque iraniano custou entre sessenta e setenta milhões de dólares, uma fração do gasto por Israel.

Alguns modelos de drones iranianos, muito utilizados pela Rússia em sua invasão da Ucrânia, possuem custo quase desprezível, na casa de apenas dezenas de milhares de dólares. Eles são utilizados em uma tática de “enxame”, com a quantidade contribuindo para sobrepujar

as defesas adversárias, ou distrair essas mesmas defesas para que outras munições consigam atingir seus alvos.

O segundo ponto a ser destacado é que o Irã conseguiu articular uma ofensiva com seus aliados do chamado “Eixo da Resistência”, com o libanês Hezbollah, milícias iraquianas e os houthis iemenitas também disparando contra Israel. O terceiro ponto é a guerra psicológica. Foi o primeiro ataque realizado por um Estado contra o território israelense desde o Iraque de Saddam Hussein em 1991, em meio à Guerra do Golfo.

O ataque iraniano causou medo e apreensão na sociedade israelense, com uma série de medidas de segurança sendo tomadas. A guerra

psicológica, além de ser um fator em conflitos em geral, é uma arma bastante utilizada pela Guarda Revolucionária Islâmica do Irã, contra inimigos tanto externos quanto internos. Finalmente, o governo iraniano pode alegar que teve certo sucesso em sua exibição de “músculos”.

O simples fato de ter conseguido atingir solo israelense é uma façanha militar, especialmente se conseguiu atingir, mesmo com poucos danos, uma base aérea importante. Além disso, o ataque provavelmente também permitiu a medição do tempo e dos locais de resposta israelenses, um ganho iraniano ao menos no curto prazo, até uma eventual mudança das defesas de Israel.

Vitória de Israel?

Do lado israelense, alguns pontos também merecem destaque. O primeiro e certamente mais importante foi o fato de que uma ampla coalizão apoiou o país contra o maior ataque de drones da História. Além das forças israelenses, os EUA, o Reino Unido, a França e a Jordânia participaram ativamente da derrubada de drones e de mísseis iranianos. Os jordanianos usaram tanto seus aviões quanto suas baterias antiaéreas.

Além desses países, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Omã forneceram inteligência sobre os ataques e permitiram que aviões dos EUA usassem seu espaço aéreo.

O Iraque, ao fechar seu espaço aéreo para aviões civis, também contribuiu no abate dos drones, com relatos de drones iranianos abatidos na região de Erbil, perto da fronteira com o Irã e bastante distante de Israel.

O cálculo saudita nesse episódio todo é essencial, pois, mesmo sem relações oficiais com Israel e se reaproximando do Irã com mediação chinesa, o reino árabe não quer nem uma escalada do conflito regional, nem assistir passivamente a um ataque desse porte. Outro ponto, relacionado ao primeiro, é que Israel recebeu apoio e solidariedade mesmo de governos críticos às suas ações em Gaza.

Talvez o melhor exemplo seja o da Irlanda, que historicamente apoia os palestinos e que,

recentemente, além de apoiar a acusação sul-africana na Corte Internacional de Justiça de que Israel estaria cometendo um genocídio em Gaza, ainda anunciou que irá propor uma revisão da Convenção do Genocídio para incluir o impedimento de ajuda humanitária comportamento genocida.

Mesmo assim, o governo irlandês condenou de forma inequívoca o ataque iraniano. O terceiro ponto não se aplica necessariamente ao Estado de Israel, mas ao atual governo israelense, com o ataque iraniano contribuindo para a retórica do primeiro-ministro Netanyahu, que busca uma “guerra eterna” como justificativa para se manter no poder e evitar, então, as acusações na Justiça que pesam contra si.

Se ambos os lados podem reivindicar alguma espécie de vitória, uma questão não pode ser deixada de lado: uma linha foi cruzada. Israel e Irã travam uma guerra indireta desde a década de 1980, e essa guerra “por procuração” esquentou no século XXI, especialmente após a derrubada de Saddam Hussein pelos EUA, com a expansão da influência iraniana no vácuo criado no Iraque.

Linha cruzada

Foi a primeira vez que, em todas essas décadas, o Irã atacou solo israelense. Mesmo os ataques israelenses ao solo iraniano não foram desse tamanho, com operações em solo, principalmente. O Irã tanto sabe que uma linha foi cruzada que tentou dar respaldo jurídico ao seu ataque, citando o capítulo 51 da Carta da

ONU, e anunciando que a resposta estava “encerrada”, para evitar uma escalada de tensões.

O ministro das Relações Exteriores do Irã, Hossein Amirabdollahian, chegou a dizer que “Cerca de 72 horas antes da operação, informamos aos nossos queridos vizinhos e aos países da região que a resposta da República Islâmica do Irã na forma de defesa legítima é definitiva e inegável”.

Em outras palavras, que notificou uma série de atores sobre o ataque, o que facilitaria a defesa e evitaria grandes danos ou escaladas.

Essa hipótese de um ataque “coreografado” foi mencionada pelo colunista em uma rede social antes mesmo da declaração do ministro. Ainda assim, uma linha foi cruzada, e o governo dos EUA estaria pressionando Israel a evitar um novo ataque, defendendo que a crise seja encerrada agora. No ditado popular, afirmando que “chumbo trocado não dói” e que um novo ataque israelense poderia piorar a situação.

A expansão do conflito entre Irã e Israel poderia ser catastrófica para toda a região. As milícias pró-Irã no Iraque poderiam oficializar a guerra intestina naquele país.

O envolvimento do Hezbollah seria o maior desafio para Israel desde 1973.

Mesmo no Cáucaso, com o conflito entre Armênia e Azerbaijão, poderiam ter repercussões. Tirando Netanyahu, Ali Khamenei e alguns poucos, ninguém ganha com uma guerra.

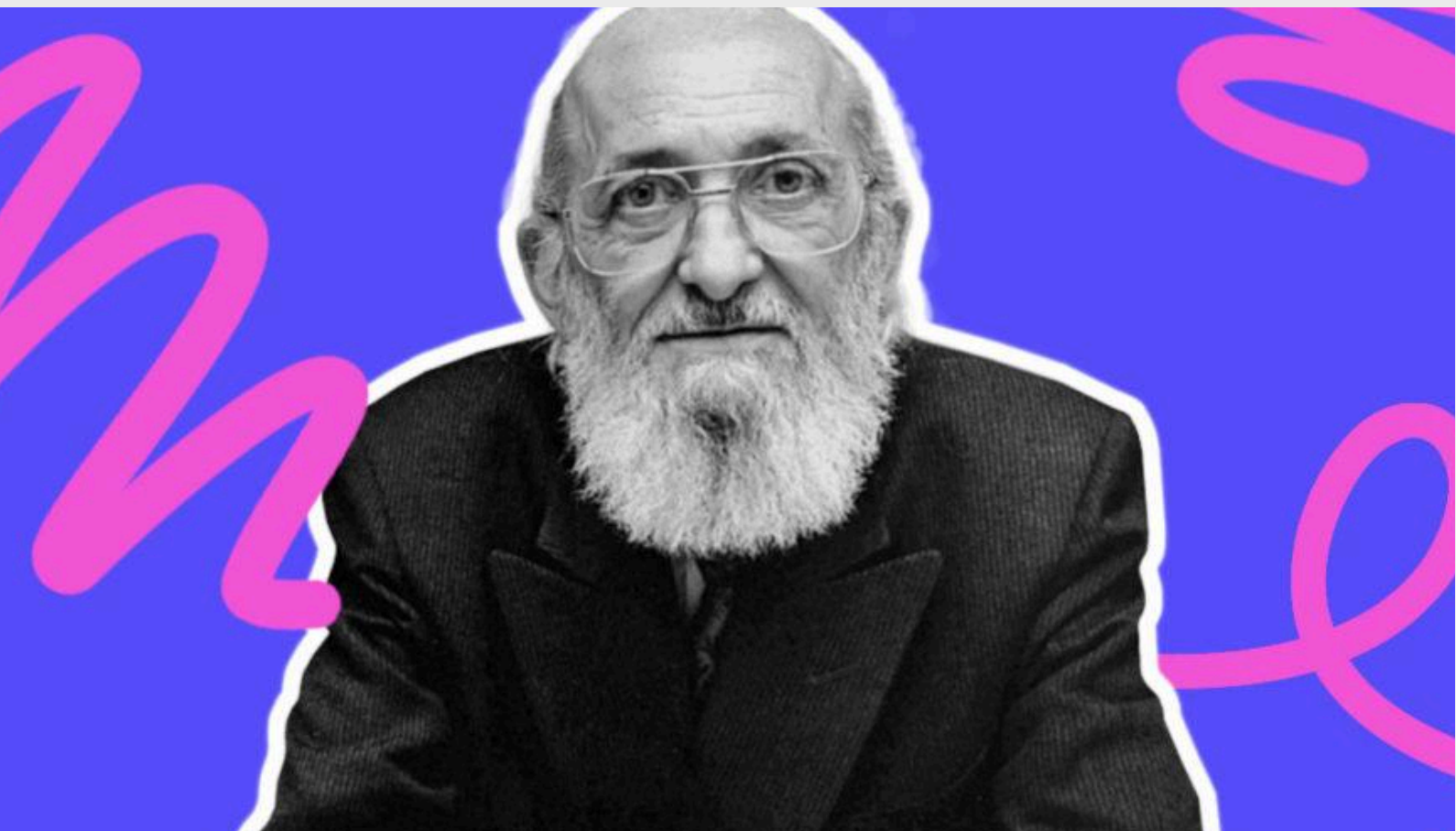


Autor: Filipe Figueiredo é graduado em história pela USP, professor de política internacional, roteirista do canal Nerdologia e criador dos podcasts Xadrez Verbal e Fronteiras Invisíveis do Futebol, sobre política internacional e história.

**Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Livro analisa Paulo Freire e seu legado. | Foto: Reprodução Instagram

OPINIÃO

Luciano Trigo

Livro analisa o mal que Paulo Freire fez à Educação

Darcy Ribeiro disse que a crise da Educação no Brasil não é uma crise: é um projeto. O projeto está indo de vento em popa.

A cada dia fica mais evidente o colapso do nosso sistema educacional. O analfabetismo funcional é uma realidade mesmo entre portadores de diplomas universitários.

A incapacidade de interpretação de texto é gritante até entre jornalistas. Basta lembrar que outro dia, incapazes de distinguir uma fake news de uma piada, os “checadores” desmentiram com estardalhaço que Elon Musk tenha sido proibido de deixar o planeta e intimado pelo STF a entregar a chave do seu foguete.

“É *fake!*”, esbravejaram – e ainda usaram a própria burrice como argumento para a necessidade de “regulação” das redes sociais.

Ora, mesmo nas piores ditaduras, a censura nunca ousa dizer seu próprio nome (como o amor homossexual não ousava dizer seu nome, na época de Oscar Wilde). Chamá-la de regulação, ou justificá-la como ferramenta de defesa da democracia (uma contradição em termos, já que não existe democracia sem liberdade de expressão) não fará a censura deixar de ser censura. Fosse assim, teria bastado aos generais, durante a ditadura militar, afirmar que não existia censura no país, apenas “regulação” da imprensa e das manifestações artísticas.

É fato que as ditaduras, como as democracias, mudaram muito na última década. Mas a censura continua sendo censura. A diferença é que hoje a liberdade de expressão é uma bandeira da direita. Hoje é a esquerda que

defende a censura. Podem fazer o malabarismo que quiserem, o fato é que defender a censura e a perseguição de opositores hoje é uma prática da esquerda, não da direita.

Ou o "inominável" censurou alguém? No governo passado, um grande jornal publicou um artigo torcendo pela morte do presidente, enquanto membros de um "coletivo" jogaram futebol com a sua cabeça servindo como bola. "Vamos chutar a cabeça desse verme", disse uma mulher, apontando para a bola com o rosto de Bolsonaro. "Venham, pessoal, é gostoso demais, é terapêutico".

Alguém foi censurado, perseguido, cancelado, processado ou preso por discurso de ódio ou ataque à democracia e às instituições? Não que eu me lembre. Mas imagine o leitor se fizessem

hoje algo parecido com a cabeça do... Deixa pra lá.



A doutrinação não diz mais respeito, como na época de Paulo Freire, à luta de classes nem a exploração dos trabalhadores, bandeiras abandonadas pela esquerda oficial – que hoje deita na cama de bilionários globalistas

É claro que, no caso da grande mídia, pode não se tratar de burrice, mas de interesse e cinismo mesmo. Muita gente com poder parece acreditar sinceramente que todos os problemas do país serão resolvidos na base do truque, da manipulação das palavras (ou dos números), da criação de narrativas.

Acabo de ler, por exemplo, que o Irã “enviou” 300 mísseis e drones para Israel. Oi? Um jornalista escreveu isso? Que vergonha, meu Deus. O Irã enviou os mísseis pelo Correio? Pelo Uber? Coitada da língua portuguesa, esta sim atacada diariamente por aqueles que deviam ser seus guardiães.

O problema todo começa na sala de aula – e não se restringe ao Brasil. A crise da Educação (e do jornalismo) também é evidente nos Estados Unidos, e mesmo em países europeus. Lá como cá, qualquer pessoa minimamente honesta sabe e sente que tem algo muito errado acontecendo nas nossas escolas. Crianças não aprendem o que deveriam, nem como deveriam, no ensino básico. Jovens nas universidades também não.

Nesse contexto, é fundamental a leitura do recém-lançado livro *A pedagogia do Marxismo – O desastroso método educacional de Paulo Freire, criado para formar ativistas* (Avis Rara, 2024), do americano James Lindsay.

O subtítulo já põe o dedo na ferida: no Brasil e no Ocidente, o objetivo precípua das escolas e universidades não é mais preparar o estudante para uma vida adulta independente e responsável, é formar ativistas de uma agenda política e ideológica.

Fazendo uma análise minuciosa da pedagogia freiriana, Lindsay atribui ao patrono da Educação brasileira a responsabilidade pela politização das salas de aula, pela doutrinação e lavagem cerebral diárias a que são submetidas

as crianças, adolescentes e jovens adultos, já há algumas gerações.

Por óbvio, a doutrinação não diz mais respeito, como na época de Paulo Freire, à luta de classes nem à exploração dos trabalhadores, bandeiras abandonadas pela esquerda oficial – que hoje deita na cama de bilionários globalistas.

O que a nova pedagogia do oprimido ensina são as "teorias críticas" de raça e gênero, a “justiça hermenêutica”, a “descolonização”, a vitimização generalizada e o “ódio do bem”.

Muitos estudantes saem hoje das escolas e universidades sem saber rudimentos de Matemática, Português, História, Geografia, Biologia, Química etc. Mas todos aprenderam muito bem a capitalizar a própria situação de

supostas vítimas de um sistema opressor. Porque ser oprimido hoje é estar do lado certo, é ter carta branca para odiar, perseguir e esfolar, por exemplo, quem votou em um candidato diferente daquele em que seus professores mandaram votar.

Destaco, a seguir, alguns trechos do prefácio de Gustavo Maultasch, aliás autor de outro livro fundamental: *Contra toda censura – Pequeno tratado sobre a liberdade de expressão* (Avis Rara, 2022).

“Paulo Freire é um desses personagens que a intelectualidade brasileira julga sagrados e acima de qualquer questionamento. Para esses 'intelectuais' (quase todos esquerdistas ou simpatizantes), ele é uma figura mítica, um guru

visionário, um líder messiânico que revolucionou a educação brasileira ao trazer a política e a discussão sobre a 'opressão' para dentro da sala de aula. Por politizar a educação e por justificar a doutrinação de alunos, Freire foi adotado e idolatrado pela esquerda brasileira e mundial.

“Não à toa, foi durante um governo de esquerda que Paulo Freire foi declarado ‘Patrono da Educação Brasileira’. Sinceramente, é questionável o mérito de ser declarado patrono de um dos sistemas educacionais mais falidos do mundo; parece até ofensa. Mas a homenagem reflete bem a incapacidade dos nossos escolarizados urbanos em reconhecer a embromação disfarçada de filosofia, a doutrinação mascarada como educação, a fraude travestida de obra-prima.

“A obra de Paulo Freire é uma mistura de ensaísmo verborrágico vazio com clichês demagógicos anticapitalistas. A homenagem só faz sentido se o objetivo for responsabilizá-lo pelo nosso fracasso; aí sim, certamente, Paulo Freire merece lugar de destaque na história da educação nacional. Como influência negativa, ele merece lugar de destaque inclusive na política mundial, pois seu impacto vai além da educação.

“Como James Lindsay afirma neste livro, Paulo Freire pode ser considerado o 'pai do woke', pois sua obra também contribuiu para a radicalização da atual esquerda, que enxerga (ou quer enxergar) “opressão estrutural” em tudo o que vê. (...)

“Quando se lê a obra de Paulo Freire, qualquer leitor atento percebe que se trata de engodo, e que

a pedagogia é o assunto que menos atenção recebe. A “pedagogia do oprimido” não contém nenhuma proposta autenticamente pedagógica para o oprimido; Freire apenas deseja transformar o oprimido em militante, para que ele possa lutar contra a ordem capitalista que teoricamente o oprime.

“Paulo Freire não está muito interessado em ensino, ou pelo menos não naquilo que a maioria de nós entende por “ensino”. Todos nós esperamos da escola algo que é razoavelmente simples: que os nossos filhos, que sabem pouco sobre o mundo, possam ir para a escola e aprender bastante sobre várias coisas; e que essa educação seja enriquecedora o suficiente para que eles possam, no futuro, desenvolver a sua vocação, exercer uma profissão e se tornarem membros produtivos e felizes da nossa sociedade. Esse é o básico que qualquer pai e mãe desejam para os seus filhos.

“Mas para Freire isso não é suficiente; permitir o desenvolvimento pessoal e cognitivo dos alunos e integrá-los produtivamente à sociedade não são preocupações do mestre dos magos da pedagogia nacional. Para ele, o objetivo da educação não é ensinar, muito menos preparar alguém para participar da lógica exploratória do capital. A educação deve servir à política, e ela somente é válida se produzir a 'conscientização' marxista, se for 'libertadora' da propriedade privada e demais amarras do capital, se contribuir para que os 'oprimidos' entendam o jogo de forças da sociedade e, assim, possam-se levantar contra a 'opressão' estrutural da sociedade capitalista.

“A verdade é que a obra de Paulo Freire é um programa revolucionário marxista disfarçado de

filosofia pedagógica. E ao dar feitiço acadêmico a esse tipo de pedagogia revolucionária, o guru legitima a atuação do professor ativista, que está mais preocupado em formar militantes marxistas que em ensinar o essencial de sua disciplina.”



Autor: Luciano Trigo é escritor, jornalista, tradutor e editor de livros. Autor de 'O viajante imóvel', sobre Machado de Assis, 'Engenho e memória', sobre José Lins do Rego, e meia dúzia de outros livros, entre eles infantis.**Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



Voltar ao índice



Relatório parcial do Comitê Judiciário da Câmara dos Estados Unidos revelou que aproximadamente 150 perfis foram suspensos das redes sociais. | Foto: Gazeta do Povo

Comitê americano

Relatório expõe escalada da censura no Brasil

Por Renan Ramalho

O relatório parcial do Comitê Judiciário da Câmara dos Estados Unidos jogou luz sobre o

tamanho, a intensidade e a falta de transparência da censura no Brasil nos últimos anos. Como detalhou a Gazeta do Povo, o documento revelou que aproximadamente 150 perfis foram suspensos das redes sociais e outros 300 usuários ainda correm risco de serem censurados, incluindo parlamentares, jornalistas, formadores de opinião e autoridades, quase todos do campo da direita ou críticos da atual cúpula do Judiciário e de seu ativismo político.

Mas, além dos números, os casos expostos mostram também a escala industrial das ordens do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF) e atual presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em tentar calar, no ambiente virtual, um número crescente de pessoas, mais ou menos influentes

nas redes, que ousavam questionar a imparcialidade do processo eleitoral. Na maior parte das decisões divulgadas no documento, fica clara a ideia de Moraes de que o lançamento de dúvidas sobre a integridade das urnas eletrônicas fomentaria um ambiente propício para contestações do resultado da disputa de 2022, na qual o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) venceu Jair Bolsonaro (PL) por apertada margem de votos.

Para além da suspensão dos perfis em si, um dos maiores problemas, apontados pelos que foram banidos das redes e também para parte relevante da comunidade jurídica, é a falta de transparência sobre os motivos da censura e um frágil embasamento jurídico. Algumas decisões divulgadas apresentam justificativas grosseiras e repetidas, em diferentes casos, para restrições

excessivas à liberdade de expressão, direito fundamental garantido pela Constituição, e que contrariam regra expressa do Marco Civil da Internet, lei de 2014 que regula as redes sociais e as condições para a remoção de conteúdo postados por usuários.

“Este relatório provisório expõe a campanha de censura do Brasil e apresenta um estudo de caso surpreendente de como um governo pode justificar a censura em nome de acabar com o chamado discurso de ‘ódio’ e a ‘subversão’ da “ordem””, diz o documento da Câmara dos EUA.

O termo censura não é fortuito. No entendimento de especialistas, a violação à liberdade de expressão ocorre porque a suspensão de perfis – ou a proibição de abertura de novas contas nas redes, também presente em algumas decisões de Moraes – impede a pessoa

de se comunicar no ambiente virtual, vedando futuras manifestações lícitas e legítimas.

Justamente para proteger a liberdade de expressão, o Marco Civil da Internet permite apenas que o Judiciário determine a remoção de postagens específicas, discriminando o endereço exato do material que deve ser retirado do ar nas mídias sociais. Não está prevista na lei a possibilidade de suspensão de perfis, contas e canais; trata-se de uma inovação de Moraes, que argumenta que os usuários responsáveis estariam cometendo crimes nessas manifestações – principalmente na incitação de uma ruptura no regime democrático – e que seria necessário interromper essa conduta, e daí os bloqueios.

O advogado Emerson Grigollette, especialista em Direito Digital, defende vários dos

influenciadores censurados por Moraes, como a juíza Ludmila Lins Grilo, o jornalista Bernardo Küster e os comentaristas políticos Rodrigo Constantino e Adrilles Jorge, todos alvos de inquéritos sigilosos em curso no STF e de representações para remoção de conteúdo no TSE. Segundo ele, em vários momentos, as contas eram suspensas e seus clientes só sabiam por um comunicado enviado por e-mail pelas plataformas, mas não era informado o motivo.

Para saber a razão, Grigollette tinha de pedir ao gabinete de Moraes, no STF ou no TSE, as decisões, nem sempre disponíveis. No caso do STF, os autos são físicos, em papel – ao contrário de todos os processos, que tramitam de forma eletrônica – e o ministro liberou, em apenas algumas ocasiões, partes da

investigação. O advogado conta que, em 2022, chegou a telefonar para o TSE e informou um número de processo comunicado pelo Twitter, mas foi informado que era um processo inexistente. Só meses depois da suspensão de um perfil, conseguiu obter a decisão do caso.

“A gente chegou a conversar com advogados para pedir o trancamento, cabível quando a investigação se prolonga sem apontar um crime. Mas como vou entrar com esse pedido se não sei qual crime está sendo imputado? Não sei exatamente do que meu cliente está sendo acusado, para saber se tem tipicidade ou alguma falha no procedimento. A gente fica amarrado, assistindo. E também não posso entrar com um mandado de segurança no STF, porque há o entendimento de que um ministro não pode revisar a decisão de outro”, afirma o advogado.

Ele conta que, de repente, algumas contas de clientes foram reativadas, sem que eles e a defesa soubessem o porquê. No relatório americano, algumas decisões de Moraes nesse sentido foram divulgadas. Assim determinava o ministro, no TSE, quando verificava a “cessação de divulgação de conteúdos revestidos de ilicitude e tendentes a transgredir a integridade do processo eleitoral, a fim de possibilitar que os envolvidos possam retornar a utilizar suas redes sociais dentro do mais absoluto respeito à Constituição Federal e à Legislação”. No STF, várias contas foram reativadas a pedido dos censurados – caso do senador Alan Rick, cujo pedido foi feito pelo Senado, e também da influenciadora Bárbara Destefani, do canal “Te Atualizei”.

Fundamentação jurídica

Embora boa parte dos documentos expostos no relatório não apresente os motivos para a suspensão de perfis, isso não significa que as ordens não tenham fundamentação jurídica, requisito de toda determinação judicial. Muitos dos documentos divulgados são ofícios, em que o STF apenas comunica às plataformas uma decisão prévia de Moraes para banir conta(s) ou usuário(s) da rede social, e na qual ele é obrigado a justificar a necessidade da medida. O STF, por meio de sua assessoria de imprensa, esclareceu que muitos dos ofícios expostos não estão acompanhados das “decisões fundamentadas que determinaram a retirada de conteúdos ou perfis”. “Todas as decisões tomadas pelo STF são fundamentadas, como prevê a Constituição, e as partes, as pessoas

afetadas, têm acesso à fundamentação”, afirmou o tribunal.

A maior parte dessas decisões, contendo a fundamentação jurídica, permanece sigilosa – algumas foram divulgadas no relatório, como a que Moraes, a pedido da OAB, suspende as atividades da entidade Ordem dos Advogados Conservadores do Brasil (OACB) e na que o ministro bloqueia os canais de Bruno Aiub, podcaster conhecido como Monark. Em regra, as plataformas têm o direito de acessar as decisões, para que possam recorrer.

“Não está claro nos documentos se as plataformas recebiam sempre decisões fundamentadas ou se recebiam também apenas ofícios com ordem e comunicação da existência de decisão sigilosa”, comentou, na rede X, o

advogado André Marsiglia, especialista em defesa da liberdade de expressão e de imprensa.

“Caso nem todos os ofícios estavam acompanhados das respectivas decisões fundamentadas, é obviamente grave! Ofícios com ordens a partes e interessados devem sempre estar acompanhados de decisões fundamentadas. Ordem não serve apenas para ser cumprida, mas também para ser objeto de recurso, se não se sabe o fundamento dela, impede-se o democrático direito de recorrer”, explicou Marsiglia.

Outro problema, demonstrado nos ofícios às plataformas, segundo Marsiglia, são os prazos exíguos para a suspensão dos perfis – duas horas – além das multas exorbitantes – R\$ 100 mil, em caso de descumprimento. “É desproporcional e errado. Na nossa legislação,

quando juiz não determina prazo maior, prevê-se 48 horas para cumprimento, no mínimo”, diz o advogado, citando o artigo 218, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil.

Nas ordens de suspensão de perfis, também fica claro que Moraes agia de ofício (por iniciativa própria) e com a ajuda de juízes auxiliares do STF e do TSE. Algumas das ordens da Suprema Corte foram assinadas também por Airton Vieira, identificado como “Magistrado Instrutor do Gabinete” de Moraes. Ele é desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo e também trabalhou com Moraes no TSE numa comissão de segurança cibernética – criada para proteger a Corte de hackers. O órgão também passou a atuar no combate a postagens nas redes que questionavam ou desacreditavam a integridade das urnas eletrônicas.

No mesmo sentido, dentro do TSE, atuava a “Assessoria Especial de Enfrentamento a Desinformação” (AEED), de onde partiam vários pedidos ao ministro para retirar do ar manifestações de dúvidas em relação às urnas eletrônicas e à isenção da Corte Eleitoral na condução do processo eleitoral, principalmente em 2022.

Além da reprodução de imagens de postagens e vídeos com esse conteúdo, as decisões faziam uma descrição sucinta do material. A maior parte das decisões, contudo, tinha texto semelhante, alertando para o risco de desestabilização das eleições. “É evidente que as publicações possuem potencial para tumultuar o processo eleitoral, na medida em que discursos pró-ruptura incentivam comportamentos ilegais e beligerantes,

atraindo, como consequência, a possibilidade de alterações ou episódios potencialmente violentos”, dizem várias decisões do TSE, algumas assinadas por outro juiz auxiliar, Marco Antonio Martin Vargas.

Dallagnol critica AEED

Segundo o ex-procurador Deltan Dallagnol, a participação desse órgão no monitoramento das redes sociais não está prevista na lei e, como ele está subordinado ao ministro, não tem independência. “A AEED/TSE não tem nenhuma independência funcional como outros órgãos, como a PGR, cujos membros têm garantias e prerrogativas previstas na Constituição de independência e autonomia funcional justamente para impedir pressões indevidas e subordinação de seus trabalhos e consciências”, comentou na rede X.

Dallagnol observou que a AEED chegou a denunciar postagens de Monark a Moraes no âmbito de um inquérito no STF.

Ao observar o material, alguns juristas relativizaram os problemas apontados por críticos de Moraes. A advogada e professora Eloísa Machado, especialista em direitos humanos, doutora pela USP e pesquisadora sobre o STF, pontuou que inquéritos sigilosos são comuns em investigações de organizações criminosas – imputação que Moraes faz a militantes de direita que, segundo ele, integrariam “milícias digitais” que promovem “ataques” às instituições. Para Machado, manifestações censuradas pelo ministro incitavam tentativa de golpe, que é crime. “Se a empresa pode suspender perfil, juiz também pode”, postou ela na rede X.

Para Rafael Mafei, advogado e professor da USP, a divulgação do relatório por deputados e influenciadores de direita faria parte de um movimento para “aumentar o custo político de medidas judiciais” contra o ex-presidente Jair Bolsonaro. “Esperem mais dossiês, mais comícios, mais ‘denúncias-bomba’ (que não tem bomba nenhuma...), mais barulho. O debate jurídico será, para eles, cada vez mais um detalhe desimportante em meio à grande onda que estão tentando erguer. Uma onda que, eles esperam, arraste tudo pela frente e ajude o Jair a escapar da cadeia”, postou, também na rede X.



[Voltar ao índice](#)



Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados | Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Lira x Padilha

Lira ensaia reação ao Judiciário

Por Tatiana Azevedo

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, do Progressistas, anunciou aos líderes partidários que criará mais um grupo de trabalho na Casa para discutir a questão das

prerrogativas parlamentares. Essa é uma pauta cara para a oposição e para deputados que se ressentem de medidas judiciais contra membros do Parlamento e as seguidas invasões de competência do Judiciário.

Além disso, Arthur Lira disse aos líderes, em reunião realizada na tarde de terça-feira (16), na residência oficial da Câmara dos Deputados, que vai deliberar sobre os requerimentos para instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) que aguardam decisão da Mesa Diretora para começar a funcionar.

Entre elas está mais uma pauta prioritária para os partidos de direita e centro: a CPI do Abuso de Autoridade, que foi protocolada ainda no ano passado, com assinaturas de deputados de diversas legendas, e que busca investigar, entre

outros pontos, excessos praticados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A definição de uma pauta que vai contra os interesses do que se convencionou chamar na política do "consórcio" firmado entre STF e Governo, para alguns, pode ser encarada como uma reação do presidente da Câmara ao apoio declarado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, desafeto pessoal de Lira, que na semana passada chamou o responsável pela articulação política do Planalto de incompetente.

Já o líder PSB na Câmara, deputado Antônio Brito (PSD-BA), afirmou à **Gazeta do Povo** que embora o fato tenha existido - as declarações de

Lira e o posterior apoio do governo ao ministro -, o estabelecimento da pauta não significa necessariamente uma revanche, mas, sim, o alinhamento da Câmara dos Deputados a demandas da sociedade e dos próprios parlamentares.

Lira acusou o ministro de ter vazado declarações à imprensa de que estaria enfraquecido em sua posição de presidente da Câmara, após a votação que decidiu manter a prisão de Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), acusado de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco. Antes da votação houve articulação de parlamentares para votar pela derrubada da prisão, em uma reação a ordens do Supremo Tribunal Federal (STF) que miram parlamentares. A prisão foi

mantida, mas com uma margem de apenas 20 votos.

"Essa notícia [...] foi vazada pelo governo e, basicamente, pelo ministro Padilha, que é um desafeto, além de pessoal, incompetente", afirmou o presidente da Câmara na quinta-feira (11), ao ser questionado se teria ficado "enfraquecido" com a manutenção da prisão de Brazão.

Logo depois do comentário, Padilha publicou um vídeo em que Lula faz comentários positivos sobre o ministro. O presidente da República disse ainda que, "só por teimosia", Padilha permanecerá no cargo.

Nos bastidores de Brasília, circula a informação de que Lira já teria "pedido a cabeça" de

Padilha, o que fez com que Lula passasse o comando das negociações com o presidente da Câmara para o ministro da Casa Civil, Rui Costa, ainda que informalmente.

O Partido dos Trabalhadores também divulgou nota em solidariedade a Alexandre Padilha, em que reiterou que "é inegável a competência e a capacidade do ministro Padilha, tanto no atual governo quanto nas inúmeras oportunidades em que serviu aos interesses do povo brasileiro".

Desde o começo do mandato Lula 3, o governo tem dificuldades em negociar com os parlamentares e o clima ficou pior depois que o presidente editou, durante o recesso legislativo do começo do ano, uma Medida Provisória (MP) que limitava a desoneração da folha de

pagamento de 17 setores da economia – na contramão do que o Congresso havia aprovado em 2023. Diante da falta de articulação política, o governo teve que voltar atrás e propor um projeto de lei para discutir a questão.

Outro ponto de atrito foi o corte de aproximadamente R\$ 5 bilhões em emendas parlamentares de comissão. O governo não quer incluir esse montante no orçamento e tenta negociar com deputados e senadores para que o veto que Lula impôs a essas emendas não seja derrubado pelo Congresso. A expectativa é de que a primeira sessão conjunta de Câmara e Senado no ano para discutir os vetos presidenciais ocorra nesta quinta-feira (18).

Às desavenças entre Executivo e Legislativo, soma-se o veto parcial de Lula ao projeto de lei

que restringiu as "saidinhas" dos presos, aprovado pelo Congresso. Com a decisão do governo, presos do regime semiaberto podem sair para visitar as famílias “por motivos humanitários”. Parlamentares da oposição prometem a derrubada de mais esse veto de Lula.

Governo sai perdendo na briga com Lira, garantem analistas

Entre analistas em política, há o entendimento de que quem sai perdendo mais é o governo na briga entre Lira e Padilha, já que precisa da articulação do presidente da Câmara para avançar a agenda do Executivo no Congresso.

"O governo precisa muito mais de Arthur Lira do que Arthur Lira do governo", resume o

professor de Ciências Políticas Adriano Cerqueira, do Ibmec de Belo Horizonte. Ele acrescenta que Lira se mostra mais independente do governo do que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Ele pontua ainda que as declarações de Lira contra Padilha podem contribuir para tornar a permanência do ministro no cargo insustentável, com um custo político maior para o governo, que poderia se ver forçado a substituir o articulador político.

As eleições municipais, avalia Cerqueira, devem acirrar os ânimos ainda mais, devido à disputa sobre as liberações de verbas da saúde e a possível intenção do atual presidente da Câmara dos Deputados de concorrer ao governo de Alagoas.

O cientista político Elton Gomes, da Universidade Federal do Piauí, também é enfático ao afirmar que a expectativa de poder de Padilha é baixa. Ele lembra que o ministro tem sido questionado dentro do seu próprio grupo político e tem sofrido com a dificuldade de conseguir entregar o que promete no sistema de barganhas e trocas do presidente.

“Mesmo nas matérias nas quais o governo tem afinidade com a maioria dos congressistas, o preço negocial tem sido elevado, a fatura que o governo tem pago tem sido muito alta, então Padilha está sendo questionado dentro do próprio Partido dos Trabalhadores, visto como alguém que não tem sido capaz de entregar aquilo que o governo precisa entregar para garantir o apoio parlamentar”, pontuou o analista.

Gomes também afirmou que o presidente da Câmara, ao abrir publicamente as diferenças com o ministro das Relações Institucionais, tem um plano claro: forçar o governo a tirar Alexandre Padilha do cargo. “Se Lira fez isso, ele fez sabendo que o ministro já está enfraquecido numa queda de braço dentro do próprio PT e que ele, então, busca criar condições para que uma outra figura seja designada para essa função”, salientou.

Tensão entre Lira e Padilha vem desde o início do governo Lula

A tensão entre Arthur Lira e Alexandre Padilha vem desde o início do terceiro mandato de Lula à frente do Palácio do Planalto, e ficou nítida em maio do ano passado, quando o governo quase teve que enfrentar uma derrota na Câmara com

o fim da validade da medida provisória (MP) que reformulava a Esplanada dos Ministérios. Na época, Lira disse que faltava articulação política com o Congresso, numa crítica direta ao trabalho do ministro das Relações Institucionais.

E a cada votação importante do governo, que dependia de negociações com o Congresso, a animosidade aumentava, embora ambos tentassem disfarçar. Após o episódio dos vetos sobre as emendas e a desoneração, no final do ano passado, Lira fez um discurso contundente no começo do ano legislativo da Câmara, cobrando que o governo honrasse os acordos fechados com o Parlamento, num recado claro ao Planalto e a Padilha, a quem cabia a articulação.

Lira se referia principalmente ao corte nas emendas parlamentares, instrumento fundamental com que os parlamentares contam para atender suas bases eleitorais. As críticas ganharam peso ainda maior por 2024 ser um ano de eleições municipais.

Na própria sessão de reabertura do ano legislativo, em fevereiro, ao chegar à Câmara dos Deputados, Padilha afirmou que as relações institucionais entre os poderes "estavam bem", e que divergências eram normais, discurso reforçado por Rui Costa e por aliados do governo.

Um dos principais pontos de discórdia entre Padilha e Lira, na avaliação de alguns parlamentares, é o comando do Ministério da Saúde, cobiçado pelo Centrão, liderado por Lira,

e que tem forte influência de Alexandre Padilha, com várias indicações de cargos na pasta. Lula tem resistido a esses avanços, não só pela relevância política do ministério, mas também pelo grande volume de recursos que a pasta gerencia.

Após a aprovação da reforma tributária – quando os partidos do Centrão (PP, União e Republicanos) cobraram a fatura pela votação da matéria após décadas de tramitação sem sucesso –, a substituição da ministra da Saúde foi a primeira a ser levantada, mas Lula conseguiu segurar Nísia Trindade na pasta, oferecendo outros ministérios – Esportes, Turismo e Portos e Aeroportos, além da Caixa Econômica Federal – às legendas.

O presidente da Câmara inclusive liderou um movimento de parlamentares, em fevereiro deste ano, pedindo ao Ministério da Saúde esclarecimentos sobre a destinação de recursos da pasta, em meio a denúncias de supostos favorecimentos a aliados do governo.

Também pesa contra Nísia a explosão de casos de dengue no país, com recorde de casos e mortes pela doença, além da demora em adotar medidas preventivas para combater uma epidemia em diversos pontos do país. Neste meio tempo, a ministra também sofreu desgaste após a divulgação de uma nota técnica, posteriormente derrubada pelo próprio ministério, que permita a interrupção da gravidez a qualquer momento da gestação em casos de estupro, anencefalia e risco de morte para mãe.

Na avaliação do deputado José Nelto (PP-GO), a gestão da saúde é "péssima" e a manutenção de Nísia no cargo, assim como a permanência de Padilha na função de negociador com o Congresso, é típica do Partido dos Trabalhadores, para "não abandonar os companheiros". O deputado completou usando um antigo bordão de programa humorístico que dizia "vai para casa, Padilha".

As relações institucionais e a sucessão de Lira na Câmara

Embora fosse ideal contar com apoio do Planalto ao seu candidato para a sucessão na presidência da Câmara, em fevereiro de 2025, é pouco provável que o escolhido por Arthur Lira

seja prejudicado pela guerra com Padilha, já que os partidos de centro e direita têm maioria na Casa.

Lira e Padilha vivem uma relação tumultuada desde o início do governo Lula, com repetidas críticas do presidente da Câmara ao trabalho de Padilha, que se mantém no cargo com apoio declarado do presidente Lula. A relação desandou de vez depois de Padilha ter insinuado um enfraquecimento de Lira por tentar articular pela derrubada da prisão de Brazão, a mando da justiça, o que provocou a reação de Lira, que abertamente disse que Padilha é seu desafeto pessoal.

O líder PSB na Câmara, deputado Antônio Brito disse que o estabelecimento da pauta não significa necessariamente uma revanche, mas o

alinhamento da Câmara dos Deputados a demandas da sociedade e dos próprios parlamentares, que são cobrados pela população sobre estes temas. “Lira pediu para avançar no debate da questão [prisão de Brazão], e como tratá-la. O fato ocorreu, e as ilações acabam ocorrendo em cima dos fatos”, disse Brito.

Deputados vão analisar propostas sobre fim do foro e prerrogativas parlamentares

Além do grupo de trabalho definido ainda na semana passada para discutir propostas que garantam a liberdade de expressão, após o sepultamento do PL das Fake News, o deputado Antônio Brito disse que Lira vai criar um grupo para tratar de outro assunto que há tempos está na lista de prioridades da oposição: a discussão

sobre prerrogativa parlamentar. E essa análise pode incluir o debate sobre uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que exige autorização prévia das mesas diretoras da Câmara e do Senado para realização de mandados de busca e apreensão, e operações determinadas pela justiça contra deputados e senadores.

A PEC foi apresentada pelo deputado Rodrigo Valadares (União-SE) no início deste ano, após investidas da Polícia Federal contra os deputados Carlos Jordy e Alexandre Ramagem, ambos do Partido Liberal do Rio de Janeiro, e que foram alvos de mandados com revistas nos gabinetes dentro da Câmara dos Deputados.

Na opinião de Valadares, que também é vice-líder da minoria na Câmara, essa discussão

é oportuna e importantíssima, por buscar o reequilíbrio entre os poderes.

“A cada dia nossas prerrogativas são vilipendiadas. Deputados hoje estão impedidos do livre exercício do seu mandato, sobretudo no que tange à liberdade de expressão. Ou reafirmamos a independência do Poder Legislativo ou iremos caminhar para uma ditadura do Poder Judiciário”, opinou Valadares.

Outra questão que pode avançar, na mesma linha, é a que trata do fim do foro privilegiado. Lira sinalizou aos líderes partidários a vontade de avançar com uma outra proposta de emenda à Constituição que altera as regras atuais, caso se confirme a tendência do STF de ampliar o alcance do foro especial de autoridades. Na

semana passada os ministros formaram maioria neste sentido.

Na Câmara, os deputados deverão tentar construir uma proposta para definir quem julgará parlamentares e autoridades. Segundo o líder da oposição na Câmara, Filipe Barros (PL-PR), é importante que a pauta avance, mas a decisão depende de um alinhamento político.

“O que hoje está em debate são essas duas teses: ou 1ª instância ou nos Tribunais Regionais Federais”, explicou. “A gente está avançando, conversando com os líderes, cada líder partidário, conversando com as suas bancadas. Como é uma PEC, o quórum é qualificado. A gente não quer correr o risco de eventualmente levar uma pauta dessa a plenário. E perdemos”, afirmou Barros.

Lira vai decidir sobre instalação de CPIs

Mais de um mês após o início do ano legislativo, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, disse que vai analisar quais Comissões Parlamentares de Inquérito serão instaladas na Câmara neste 1º semestre de 2024. Conforme a Gazeta do Povo já mostrou anteriormente, há diversos requerimentos de criação de CPIs aguardando deliberação do presidente da Câmara desde o ano passado, quando foram protocolados junto à mesa diretora da Casa.

São diversos temas que os parlamentares pretendem investigar, desde denúncias de prostituição e abuso na Ilha de Marajó, no Pará, até irregularidades em companhia de abastecimento de energia elétrica, passando

pela comissão que quer apurar e coibir excessos do Judiciário.

Essa, por sua vez, tem sido tentada desde 2022 pelo deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS), que enfrentou vários percalços na busca por apoio, e viu a iniciativa morrer na praia com o fim da legislatura. Em 2023, o parlamentar teve que começar do zero a busca por novos apoios, e enfrentou resistências de colegas que tinham assinado o pedido anteriormente e acabaram mudando de ideia.

Mas a morte de Cleriston Pereira da Cunha, em maio de 2023, durante o banho de sol no presídio da Papuda, em Brasília, deu novo fôlego ao pedido. Ele estava preso por ter participado das manifestações do 8 de janeiro, que terminaram com a depredação de prédios

públicos. A Procuradoria-Geral da República (PGR) já havia se manifestado pela sua soltura dele, em razão de comorbidades, mas o pedido de soltura não foi analisado pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

O episódio acabou incentivando parlamentares a apoiar a CPI, que busca investigar se os ministros do STF e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) violaram direitos e garantias fundamentais, praticaram condutas arbitrárias não compatíveis com o devido processo legal, cometeram atos de censura e abusaram de sua autoridade.

Na opinião de Van Hattem, as investigações são urgentes para que se apure medidas recentes tomadas pelo Judiciário. "Infelizmente, tem

sido comum vermos ministros do TSE e do STF extrapolando suas competências e tomando para si decisões que são do Legislativo e do Executivo. Esse abuso de autoridade precisa de um basta e é para isso que estamos propondo a CPI", destacou o deputado.

Para que uma Comissão Parlamentar de Inquérito seja instalada na Câmara dos Deputados é preciso atender alguns requisitos, como assinatura de 1/3 dos parlamentares, fato determinado e prazo. Segundo explicou a consultora legislativa Deborah Wajngarten, o prazo de funcionamento deve ser de até 120 dias, prorrogáveis por mais 60 dias. Já o fato determinado se refere a um acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do país.

O analista Juan Carlos Gonçalves, do Ranking dos Políticos, afirmou que o presidente da Câmara pode mesmo estar adotando uma postura de reação aos últimos fatos políticos que envolvem seus anseios pessoais, como a vontade de “fazer” um ministro na saúde, ao definir o avanço de pautas que podem incomodar tanto o STF quanto o governo.

Segundo Gonçalves, esse pode ser o principal motivo da animosidade entre Lira e Padilha, que com aval de Lula, detém boa parte das indicações de cargos na pasta. “Esses eventos podem desencadear uma série de ações entre a Câmara dos Deputados e o Palácio do Planalto”, pontuou o analista.

Para ele, além das questões pessoais entre Lira e Padilha, a preocupação deve estar voltada aos

interesses nacionais, para que essa crise não tenha impactos sobre a governabilidade e a estabilidade do país.

Embora tenha feito acenos com pautas que interessam diretamente à oposição na Câmara, Arthur Lira ainda não definiu prazo para o início dessas discussões. Os líderes deverão indicar os membros dos grupos de trabalho que ainda serão criados para discutir a liberdade de expressão e a garantia de prerrogativas parlamentares, além do fim do foro privilegiado.



[Voltar ao índice](#)



Holandesa de 28 anos decidiu que morrerá em maio. Ela não tem um câncer terminal, mas está deprimida, triste a ponto de morrer. | Foto: Pixabay

Artigo

Na Holanda, a tristeza é suficiente para eutanásia

Por Tommaso Scandroglio Traduzido por Rafael Salvi
La Nuova Bussola Quotidiana

Uma escolha triste nascida de uma vida triste. A holandesa **Zoraya ter Beek**, de 28 anos, decidiu

que morrerá em maio. Ela não tem um câncer terminal, não tem doenças neurodegenerativas como a Esclerose Lateral Amiotrófica, mas está deprimida, triste a ponto de morrer.

Uma depressão que anda de mãos dadas com traços de autismo e transtorno de personalidade limítrofe. Apaixonada pelo namorado, com uma bela casa, dois gatos, nada disso foi suficiente para preencher um vazio que é tão vazio que não tem nome.

Ela falou sobre isso com a *Free Press*. Qual foi a gota d'água? Quando seu psiquiatra lhe disse: “não há mais nada que possamos fazer por você. Você nunca vai melhorar”. Eis a eutanásia da esperança clínica, do código de ética e também da pesquisa científica futura. Uma medicina condescendente. Zoraya tatuou uma

árvore da vida de cabeça para baixo: “Está perdendo suas folhas, está morrendo”, disse ela, “não vejo [minha morte] como a partida da minha alma, mas mais como a libertação de mim mesma da vida”. O corpo como prisão da alma.

Ela morrerá em casa: “Na maioria dos casos, primeiro toma-se uma xícara de café para acalmar os nervos e criar uma atmosfera suave. Depois [a médica] me pergunta se estou pronta. Eu me sento no sofá. Ela me perguntará novamente se tenho certeza, iniciará o procedimento e me desejará uma boa viagem. Ou, no meu caso, um bom cochilo”. Observe a narração persuasiva para ocultar a tragédia e a seriedade da escolha: a médica que, como uma mãe, canta uma canção de ninar para o sono eterno, dando-lhe o remédio que extinguirá

toda a sua dor porque extinguirá sua vida; o cenário *soft*, quase como se a garota estivesse deitada no sofá para uma massagem; a casa como um lugar de afeto — de fato, morrerá com o namorado e os gatos ao seu lado. Nada sugere um assassinato. Mas, na realidade, é um assassinato.

A garota acrescentou: “Tenho um pouco de medo de morrer, porque é a última incógnita. Não sabemos realmente o que vai acontecer depois, ou será que não há nada? Essa é a parte que me assusta”. Basta pensar que há psicólogos católicos que, com pacientes descrentes que estão fortemente tentados a cometer suicídio, como última cartada, jogam até a seguinte: “E se a Igreja estiver certa sobre os suicídios quando diz que tirar a própria vida pode ser um pecado mortal que leva ao inferno?”

Nesse caso, você se mataria para parar de sofrer, mas poderia obter o efeito oposto. Para alguns, esse discursinho provou ser um bom dissuasor.

Depois que ela morrer, um comitê de revisão avaliará se a morte da moça estava de acordo com o protocolo em vigor na Holanda. As condições fundamentais para o acesso à eutanásia são que a escolha de morrer deve ser livre e que o sofrimento da pessoa deve ser insuportável e sem perspectiva de melhora. Até mesmo o sofrimento psicológico, como no caso de Zoraya. O único critério moral que resta na eutanásia é a burocracia.

O assassinato legal de uma pessoa deprimida é o resultado de certas premissas ideológicas e culturais. A primeira: a ideia de que a qualidade

de vida prevalece sobre a dignidade da pessoa. Se a primeira pode se deteriorar, a segunda conserva sempre sua preciosidade, além das patologias, da enfermidade e do sofrimento.

A segunda premissa: a ideia de que a liberdade pessoal é a referência última nas escolhas morais. Uma ideia que, nesse caso, mostra toda a sua vacuidade: quão livre é uma pessoa deprimida com traços autistas e transtorno de personalidade limítrofe? Quem escolheu, Zoraya ou sua depressão?

Terceira premissa: a ladeira abaixo. Theo Boer, professor de ética em saúde na Universidade Teológica Protestante de Groningen, foi membro de um comitê de revisão da eutanásia na Holanda por uma década.

“Durante esses anos”, disse ele, “vi a prática holandesa da eutanásia evoluir da morte como último recurso para a morte como opção padrão”. Por fim, ele deixou o cargo. A morte deixa de ser um mal a ser evitado, exceto em casos excepcionais. A exceção, como se diz, torna-se a regra e, portanto, permanecer vivo ou dar-se a morte são ambas escolhas boas. Rezemos para que a árvore invertida tatuada no braço de Zoraya todavia possa, nem que no último momento, florescer novamente.

Tommaso Scandroglio é escritor e professor na Università Europea di Roma, bacharel em jurisprudência na Università degli Studi di Milano-Bicocca.



[Voltar ao índice](#)



O baiano Wagner Moura está na produção hollywoodiana “Guerra Civil”, em cartaz nos cinemas | Foto: Divulgação

Só nos cinemas

Guerra Civil: Wagner Moura não convence no papel de repórter

Por Diogo Schelp, especial para a Gazeta do Povo

História real: em 1971, durante a guerra civil que resultou na independência de Bangladesh, um

grupo de fotógrafos estrangeiros foi convidado a registrar o momento em que alguns prisioneiros foram trazidos para serem expostos, torturados e assassinados a golpes de baioneta diante da população reunida em um estádio esportivo, onde ocorria um ato político com discursos de vitória das forças indianas. Posteriormente, os autores das fotos da execução ganharam prêmios internacionais de jornalismo, com exceção de um, o francês Marc Riboud, o único que se negou a apontar sua câmera para aquela barbárie. Em vez disso, saiu para tentar encontrar algum oficial indiano de patente mais alta que pudesse dar fim ao espetáculo macabro.

Em uma cobertura de guerra, há situações em que a presença de jornalistas inibe abusos contra civis e inimigos rendidos. Em outras, os

combatentes querem mesmo é exibir para as câmeras suas atrocidades, como forma de aterrorizar a população e os inimigos. E há vezes em que não faz diferença alguma.

O correspondente de guerra experiente entende a diferença entre registrar com imparcialidade um conflito armado, sem interferir nos eventos que ele observa, e ser conivente com crimes de guerra cometidos por um grupo combatente, mesmo que esteja acompanhando esse grupo nas batalhas e dependa dele para garantir a própria segurança. Não é o caso dos jornalistas retratados em Guerra Civil, superprodução de Hollywood que estreia hoje (18) nos cinemas brasileiros. Para eles, não há dilema. Ao longo da história, eles testemunham e registram vários assassinatos de civis ou combatentes desarmados, quase sempre com naturalidade, e

em alguns momentos até colaboram sutilmente para o desfecho.

E pensar que o objetivo declarado do diretor e roteirista Alex Garland, conhecido por filmes de ficção científica e de terror como *Ex-Machina*, *Aniquilação* e *Men: As Faces do Medo* (e por ter escrito *A Praia*, de 2000, protagonizado por Leonardo DiCaprio), era o de demonstrar a importância do jornalismo para a sociedade. O efeito é o inverso. No lugar da admiração pela coragem dos profissionais de imprensa, sente-se uma certa repulsa pelo que parece ser uma atitude de frieza e de cinismo diante de atrocidades – exceto quando a vítima é um colega.

Perguntas sem respostas

Ao custo de R\$ 250 milhões, *Guerra Civil* é um road movie de ação que conta a história de uma dupla de jornalistas, a fotógrafa Lee Miller, vivida por Kirsten Dunst, e o repórter Joel, interpretado por Wagner Moura, que tentam chegar a uma Washington D.C. sitiada por forças rebeldes com o intuito de entrevistar o presidente americano (Nick Offerman). Juntam-se a eles na viagem a aprendiz de fotógrafa Jessie (Cailee Spaeny) e o veterano jornalista Sammy (Stephen Henderson).

Uma guerra civil que divide e devasta os Estados Unidos em um futuro próximo? Interessante, não é? Qual teria sido o contexto político que levou a isso? Quem está do lado de quem e por quê? Esqueça, o roteiro não traz resposta para

nada disso. O motivo para a tal guerra civil é apresentado superficialmente em meia dúzia de falas ao longo do filme. O presidente é autoritário e atentou contra as instituições para se perpetuar no poder; alguns estados se uniram para derrubá-lo. Não muito mais do que isso.

Evidentemente, Garland não quis se aprofundar no contexto político da guerra fictícia para não ver seu filme cair em alguma vala partidária e acabar espantando uma parcela do público das salas de cinema. Mas, com isso, arriscou-se a entregar uma história oca, com uma sequência de cenas de guerra sem sentido.

Quarteto capenga

O que sobra é explorar a jornada dos quatro jornalistas, a relação entre eles e como enfrentam seus conflitos internos em meio ao conflito armado ao seu redor. Mas até nisso o filme falha. Kirsten Dunst transmite com competência o desalento, a desesperança e o cansaço de uma fotógrafa de guerra que já viu de tudo e precisa lidar com seus traumas enquanto registra um conflito em seu próprio país. Mas é difícil para o espectador se conectar com o seu drama, em parte porque a personagem carece de antecedentes, de uma razão convincente para ela ter escolhido aquela vida ou ter se mantido nela por tanto tempo.

O desafio de Wagner Moura é ainda mais ingrato. Seu personagem oscila entre o

dramalhão e tiradas de humor. Mas, penalizado por diálogos chinfrins, ele acaba parecendo qualquer coisa, menos o correspondente de guerra experiente que o roteiro diz que ele é.

Que repórter calejado na cobertura de conflitos armados chega na linha de frente, coloca o crachá de imprensa no pescoço e sai em meio ao tiroteio mostrando a credencial para os soldados e se apresentando como jornalista? Ao fim e ao cabo, Moura, que antes de se tornar ator se formou e trabalhou como jornalista de coluna social em uma TV na Bahia, acaba não convencendo como jornalista de guerra – apesar de ter contado em entrevistas que leu muitos livros a respeito para se inspirar.

A fotógrafa inexperiente Jessie (Cailee Spaeny) e o correspondente de guerra Joel (Wagner Moura)

Também é difícil ter empatia por Jessie, a fotógrafa iniciante que entra de bicão na aventura rumo a Washington D.C. e que faz tanta besteira que só o que nos resta é torcer para que ela seja deixada para trás.

O único da trupe que acaba despertando genuína simpatia é Sammy, jornalista que se recusa a encerrar a carreira e que vai para a linha de frente apoiado em uma bengala, enquanto os outros ficam chamando-o de “velho”.

Guerra Civil tem cenas que retratam com razoável realismo a maneira como jornalistas acompanham os combates na linha de frente – algumas das quais parecem inspiradas em imagens reais feitas por fotógrafos em guerras recentes. Mas falta ao filme densidade, uma história crível e personagens mais envolventes. Como ode ao jornalismo, não funciona.

Diogo Schelp é colunista de política da Gazeta do Povo e coautor, com o fotógrafo André Liohn, do livro Correspondente de Guerra (Editora Contexto).



[Voltar ao índice](#)

PARA SE APROFUNDAR

- [Roberto Motta: Faz o Elon](#)
- [Paulo Cruz: A pilantragem semântica e o verdadeiro espírito fascista](#)
- [Escalada de conflitos no Oriente Médio ameaça inflação e taxa de juros no Brasil](#)
- [A estratégia socialista por trás da guerra de Lula contra a liberdade de expressão](#)
- [Segredos em torno da base chinesa na Argentina deixam os EUA em alerta](#)
- [Tarcísio prepara projeto para aposentar quase metade do alto comando da PM](#)

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Daliane Nogueira e Marcela Mendes. Apoio: Jessica Lopes da Silva dos Reis. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice